

Ata número sete

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2014

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas 20:30 horas, na Sala de Reuniões do edifício dos Paços do Concelho, de Belmonte reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a reunião, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Paulo Borralhinho, comigo Artur Elvas, primeiro secretário da Mesa e Anabela Teixeira, segundo secretária da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista:

Licínio Benedito, Eduardo Carlos dos Reis Gomes; José Carrola Feliciano; Pedro Catalão em substituição de Bruno Santos, Carlos Manuel Pinheiro Gomes e Manuel Firmino Cameira.

Da lista das Pessoas Pelo Concelho de Belmonte:

Anabela Sanches Pinto, Lara Joana Pinheiro Prudente Curto, Patrícia Isabel Elvas Eusébio em substituição de Daniel Mendes, Fernando Luís Pinto Proença e José Carlos Birra Correia.

Da lista da Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV:

Dulce Pinheiro em substituição de Marisa Gonçalves Tavares

Estiveram também presentes nesta reunião, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, José Mariano, o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Torrão, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, David Velho e a Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Marina Ascensão Cruz Pais.

Tomada a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 19 presenças, deu por aberta a sessão e passou a ler a ordem de trabalhos, que vai constar em pasta anexa.

1 – Aprovação de ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro e da sessão extraordinária de 27 de março de 2014

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes

3 - Período de antes da Ordem do Dia;

4- Período da Ordem do Dia:

4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e situação financeira do Município;

4.2.- Apresentação, discussão e Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas 2013 do Município e Grupo Municipal.

4.3.- Regimento da Assembleia Municipal

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes

Face ao referido deu-se início ao cumprimento dos pontos.

1 – Aprovação de ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro e da sessão extraordinária de 27 de março de 2014

O Presidente da Assembleia questionou se os membros propõem alguma alteração ou correção à ata número cinco de 28 de fevereiro de 2014.

Anabela Pinto propõe que para melhor transparência seja indicada na ata, não só o resultado das votações, mas também a indicação de quem são os votos contra, a favor e respetivas abstenções.

Não havendo nenhuma discordância, passou-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 3 abstenções (Eduardo Gomes, Patrícia Eusébio e Dulce Pinheiro) e 16 a favor, pelo que a ata é aprovada.

O Presidente da Assembleia questionou se os membros propõem alguma alteração ou correção à ata número seis de 27 de março de 2014.

Eduardo Gomes (PS) agradece, a correção do “português” na sua intervenção sobre a Geminação e onde se lê: “...até porque desta geminação pode vir a oportunidade de atração de novos turistas brasileiros para além de outros aspetos de partilha nas áreas económica e cultural.”, propõe que se leia: “... até porque desta geminação pode vir a atrair novos turistas brasileiros para além de outros aspetos de partilha nas áreas económica e cultural.

Após a respetiva retificação e não havendo mais ninguém a pronunciar-se, passou-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 1 abstenção (Dulce Pinheiro) e 18 a favor, pelo que a ata é aprovada.

2 – 1º Período de intervenção dos senhores Municípes

O Presidente da Assembleia informou que até ao momento, ainda não se tinha registado nenhum pedido de intervenção de qualquer Município pelo que se iria dar continuidade à sessão da assembleia.

3 - Período antes da ordem do dia

*Solicitou a palavra do representante da bancada do PS, Eduardo Gomes, que apresentou uma **moção sobre o SNS**, que se encontra arquivado integralmente em pasta anexa.*

Do seu conteúdo podemos reter que o modelo de SNS é hoje reconhecido como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. SNS é um todo que deve ter coerência e não se entende como se podem tomar medidas avulsas, pontuais, casuístas, inorgânicas, desconexas, descontextualizadas e de carácter administrativo, sem qualquer estratégia de sustentabilidade, negar qualquer perspectiva de reforma e de articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde. A Portaria n.º 82/2014 de 10 de Abril, tem em vista o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente maternidades e a eliminação de serviços de especialidades médicas dos hospitais públicos.

Considerando estes factos a Assembleia Municipal de Belmonte delibera, resumidamente:

- 1- Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos.*
- 2- Afirmar a necessidade de reformar o SNS.*
- 3- Exigir a revogação da Portaria n. 82/2014 de 10 de Abril.*
- 4- Exigir que se pare a ação de destruição social.*
- 5- Afirmar a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar.*
- 6- Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as autarquias.*
- 7- Manifestar a confiança e agradecimento a todos os que apesar das contrariedades têm conseguido manter os níveis de atendimento com qualidade e segurança.*

8- *Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local Democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal.*

Fernando Proença do Movimento de Pessoas por Belmonte, solicita a palavra e informa que se revêm totalmente na moção apresentada pelo que vão votar favoravelmente, mais informa que os mesmos tinham planeado apresentar uma proposta, mas era uma moção mais concreta que se restringia à Beira Interior.

Não havendo mais ninguém a pronunciar-se sobre a presente moção, passou-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenção e 19 a favor, pelo que a moção é aprovada por unanimidade.

Solicitou a palavra Dulce Pinheiro da CDU, que justificou a ausência da eleita direta e apresentou duas moções:

- Saudação/ Apelo 1º de maio – Liberdade - Confiança na defesa dos direitos.

- Apelo: Em defesa da Escola Pública

Ambos os documentos estão arquivados integralmente em pasta anexa.

Na saudação/apelo do 1º de maio, salientou-se a importância da luta dos trabalhadores, do povo, do nosso país que levou, após anos de resistência, à revolução de ABRIL e às conquistas que ela nos trouxe e para que todo este nosso passado não seja em vão esta “moção” apela a que ninguém fique em casa e uma saúda os que sempre estiveram, e aos que estarão em luta na rua, a exigir outro governo e outra política. Portugal merece um futuro e por ele, há que lutar com toda a confiança.

No Apelo “Em defesa da Escola Pública”, salientou-se a importância do ensino para todos nós e o efeito dos cortes orçamentais que foram impostos á educação que fragilizaram a mesma. Os novos cortes no orçamento de 2014 terão um forte impacto na educação e ciências públicas, a par do que se prevê no “Guião para reforma do estado” confirmam qua a qualidade da escola pública, em Portugal, corre sérios riscos de entrar em colapso e ser desmantelada.

Face a esta situação de desvalorização da educação pública, os subscritores deste apelo consideram de elevada importância que em 2014, tenha lugar uma grande iniciativa de âmbito nacional em defesa da escola pública promovida por organizações representativas de profissionais da educação, pais e encarregados de educação, estudantes, autarquias, instituições e estabelecimentos de ensino, associações científicas e profissionais, movimento sindical e movimentos sociais.

Não havendo mais ninguém a pronunciar-se sobre a presente moção/apelo, passou-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenção e 19 a favor, pelo que a moção é aprovada a subscrição por unanimidade.

Mais foi proposto pela representante da CDU o presente apelo ser apresentado para posterior subscrição junto ao executivo municipal e juntas de freguesia.

Solicitou a palavra, Anabela Pinto, Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte que apresentou três assuntos neste período antes da ordem do dia.

Recomendação ao Presidente da Assembleia Municipal, apresentada por Lara Curto, tendo em conta a responsabilidade política que possui, sobre os prazos de entrega dos documentos para análise, principalmente tratando-se de documentos de elevada importância,

que tal como já tinha acontecido em assembleias anteriores, não foram entregues atempadamente, pelo que solicita uma justificação, sobre o não cumprimento dos mesmos e caso a imputação do não cumprimento seja devido ao executivo municipal, agradece a respetiva informação. Mais informa que caso os prazos não voltem a ser cumpridos a bancada que representa poderá equacionar a sua ausência na respetiva sessão da assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal esclarece que os prazos mais alargados vão ser salvaguardados com o regimento a apresentar ainda nesta sessão. Quanto à entrega dos documentos foi feita, logo que, os mesmos foram facultados pelos serviços, no entanto os mesmos tiveram como contratempo a aprovação na reunião de executivo que foi realizada na quarta-feira durante a manhã, o período de feriados, bem como a imperatividade da realização da sessão da Assembleia até o fim do mês de Abril, como previsto na Lei.

Solicitou a palavra o Presidente da Câmara de Belmonte, que deu as boas vindas à representante Da CDU, Dulce Pinheiro, pelo regresso, apesar de temporário a esta Assembleia Municipal. Relativamente às moções apresentadas e começando pela moção sobre o SNS informa que a mesma lhe parece extremamente relevante, no entanto acha que o seu envio para as entidades, apesar de competentes, não irá ser de grande solução, no entanto foi com muito agrado que ouviu a sua leitura e preocupação e ainda mais que toda a assembleia o tenha aprovado. Relativamente às intervenções da representante da CDU, deixa explícito o seu total acordo. Acha que os responsáveis deveriam olhar para nós, interior com todo o respeito que todos merecemos.

Eduardo Gomes, relativamente à intervenção da representante do Movimento relativamente aos prazos, acha que a maneira como foi feita não foi a mais adequada, concorda que os prazos deveriam ser mais alargados, mas os mesmos foram cumpridos e a justificação foi dada.

Anabela Pinto, do Movimento informa que a questão do prazo é apenas uma sugestão construtiva para todos os membros e não só para a bancada, uma vez que temos consciência, e foi comunicado entre o presidente deste órgão e os representantes de cada bancada que devido ao prazo, a própria comissão permanente não iria reunir, decisão de consenso comum.

Fernando Proença do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte solicitou a palavra para propor um desafio construtivo ao Presidente da Câmara, pessoalmente considera que aprovar moções e enviar para as entidades, não leva a nada, eles acabam a maior parte das vezes por nem as ver, tal como a própria opinião do Sr. Presidente. A questão da saúde no ponto de vista pessoal, só funciona se um conjunto de presidentes de vários municípios se unir e defenderem a causa, pelo que propõe que seja o Sr. Presidente da Câmara de Belmonte, Dr. António Rocha, até por uma questão de formação e vida profissional, a encabeçar este processo. Pelo que pergunta qual a disponibilidade para a viabilidade desta proposta em defesa da saúde, e condições da população do interior.

O Sr. Presidente da Câmara aceita de imediato o repto, afirmando que não tem qualquer problema em defender as causas justas. Pelo que vai começar por abordar a CIM das Beiras e Serra da Estrela, bem como aos responsáveis da CIM da beira Baixa, relativamente à saúde, ao esvaziamento dos tribunais, ao encerramento das repartições de finanças. Não têm qualquer dúvida sobre a adesão dos restantes presidente para uma luta de todos, pois qualquer dia temos casas, paisagens mas não temos o essencial, vida humana. Todos somos essenciais necessitamos dos jovens, dos menos jovens e temos de conseguir condições para todos eles e inverter a tendência de desertificação que se têm vindo a agravar-se.

Anabela Pinto, do Movimento solicita a palavra para apresentação dos restantes assuntos.

O próximo pedido de esclarecimento, e não passa de um pedido de esclarecimento, prende-se com um ponto discutido na sessão de 27 de março, aprovação do Contrato programa da EMPDS, que está ligado com um ponto a discutir na presente sessão, aprovação de contas do Grupo Municipal e para evitar, na minha interpretação, uma eventual anulabilidade.

Gostaríamos de saber, até para verificar a validade da decisão tomada na anterior assembleia, pelo que questionam o Sr. Presidente da Assembleia, porque as regras assim o ditam, se o deputado Eduardo Gomes desempenha as funções de técnico oficial de contas na EMPDS? Se assim for, atenta a análise que foi feita nos impedimentos do código do procedimento administrativo, parece-nos que possa existir um impedimento, que fique aqui expresso que nada tem haver com a pessoa em causa mas obviamente pelas funções que desempenha. Esta é a nossa questão, a sua colocação deve-se à nossa interpretação do artº 44 do CPA, que refere que nenhum titular ou agente da função pública poderá intervir em procedimento administrativo ou ato ou contrato de direito público ou privado da administração quando nele tenham interesse direto ou indireto. Assim como na alínea d) do mesmo artigo quando tenha intervindo no procedimento sobre a questão ou que tenha dado parecer sobre a questão. Pois se houver diligências inspetivas o que vão verificar são nomeadamente as atas da assembleia pelo que pretendemos salvaguardar a posição desta bancada e das pessoas que aqui estão, bem como para futuras decisões agradecemos o respetivo esclarecimento.

O Presidente da Assembleia propõe que seja o próprio deputado a responder ao pedido de esclarecimento.

Eduardo Gomes, PS Confirma ser o contabilista da EMPDS, no entanto desconhece a legislação que o possa impedir de decidir sobre as contas da mesma, pelo que nada pode acrescentar.

O Presidente da Câmara Municipal solicita mais tempo para se conseguir verificar a situação e prestar o correspondente esclarecimento.

Anabela Pinto, do Movimento finaliza com uma proposta de um voto de congratulação, na qual a bancada do movimento, pretende de forma pública, expressa e responsável, manifestar o seu apreço pela forma como o Executivo Municipal, soube levar a efeito as Festas do Concelho, designadamente, as comemorações dos 40 anos da revolução de Abril de 1974 e a celebração do dia do Concelho e todos os eventos associados. Pelo que regista o excelente desempenho conseguido com a realização dos mesmos e propõe à Assembleia Municipal, um voto de congratulação a atribuir ao Executivo Municipal, pelo êxito alcançado, não deixando contudo de assinalar, pequenas falhas protocolares que pela visibilidade que se pretende atribuir ao Concelho de Belmonte, deverão em anos futuros, ser colmatadas.

O voto de congratulação encontra-se na sua integralidade anexo em pasta anexa.

O Presidente da Câmara solicita a palavra, inicialmente para esclarecer a pergunta anterior sobre o professor Eduardo Gomes e segundo informação recolhida, que devido à sua função, realmente o mesmo não pode apreciar as contas da EMPDS, ou dar pareceres sobre as mesmas, mas neste caso ele apenas fez as contas pelo que não está a transgredir relativamente a esta questão, no entanto esta informação vai ser complementadas com a recolha de outros pareceres. No que diz respeito às Festas do Concelho, agradece as palavras e a proposta do voto de congratulação, agradece também que lhe sejam indicadas as falhas protocolares para que as mesmas não se voltem a registar.

Teve muito orgulho em ser Presidente da Câmara nestas festas, colocou o objetivo bem alto mas foi conseguido, pretende colocar novamente Belmonte no mapa, temos de atrair investidores e este é um processo para os atrair. Belmonte, o Concelho de Belmonte saiu dignificado deste período de Festas. Para além de que pode observar um gesto simples que há muito não via na população, sorrisos, e que só por isso o esforço teria valido a pena. Primeiro de tudo estão as pessoas.

Dulce Pinheiro, CDU, solicita a palavra para expor a sua opinião sobre as Festas do Concelho, a qual será anexa em pasta anexa. A mesma começa por informar que não está totalmente de acordo com o voto de congratulação proposta pela Bancada do Movimento.

De facto é verdade que há muito não se via o povo na rua desta forma, no entanto não houve a integração das Associações e Coletividades do Concelho nestas comemorações, bem como o facto dos eventos se terem concentrado na sede do Concelho.

O dia 26 de Abril é o dia no qual se registam mais reservas da parte da CDU, com um "incidente " do qual vai falar no próximo ponto, o que vai justificar a sua abstenção perante o voto de congratulação apresentado.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 1 abstenção (CDU) e 18 a favor, pelo que o Voto de Congratulação apresentado é aprovado por maioria.

O Presidente da Assembleia aproveita a oportunidade para ele próprio congratular o executivo municipal pelo êxito das comemorações.

4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e situação financeira do Município;

O Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Câmara o qual informa que nada tem a acrescentar ao documento apresentado e que está disponível para qualquer dúvida.

Solicitou a palavra a representante da CDU, Dulce Pinheiro, que informa que não é difícil antever o motivo que deu origem ao voto de abstenção no ponto anterior (voto de congratulação) e para não ser "traída" passa a apresentar um texto, arquivado em pasta anexa, sobre a homenagem a José Sócrates, nas Festas do Concelho. Na sessão da AM realizada no passado dia 28 de fevereiro, a CDU interpelou o Presidente da Câmara sobre as notícias que davam conta de que o Município iria homenagear José Sócrates. Nessa sessão afirmaram claramente que se assim fosse, a CDU, por coerência e honestidade política não apoiava e não se associaria a tal ato, apresentando as suas razões. Perante essa intervenção o Sr. Presidente afirmou que não se tratava de uma homenagem, mas um convite a um "amigo" para estar presente nas Festas do Concelho.

No entanto no dia 26 de Abril o que aconteceu foi uma coisa completamente diferente. Como é público o Sr. Presidente entregou " simbolicamente" a chave do castelo de Belmonte, uma insígnia/condecoração do Concelho. Esta decisão merece a absoluta reprovação e censura da parte da CDU por várias razões que passam a expor:

- 1. O Sr. Presidente afirmou uma coisa na Assembleia Municipal e publicamente fez outra.*
- 2. Em que órgão foi decidido, ou qual é a deliberação camarária que sustenta esta atribuição?*
- 3. Consideram esta atitude e forma de estar desprestigiante da dignidade e solenidade do ato que envolve, desde a decisão de homenagear até à oferta de uma insígnia/condecoração do Concelho.*
- 4. Afirma tratar-se de um Processo "maneirinho" e desagradável.*
- 5. Em conclusão não está em causa a pessoa, mas o lamentável episódio demonstra que do ponto de vista político/institucional a palavra dada não foi honrada.*

Em relação a este caso a CDU afirmou que por razões de coerência e honestidade política, esta homenagem mereceria sempre a oposição, pois o que esta em causa com este ato de reconhecimento pela "pretensa obra feita", não passa de uma descarada tentativa de

reciclagem política de José Sócrates e das consequências, bem sentidas na nossa região e Concelho.

Por tudo o apresentado a CDU exprime a sua mais forte censura e rejeição ao que aconteceu.

O Presidente da Câmara solicita a palavra para direito de resposta, quando afirmou que o Sr. Eng. José Sócrates não vinha para ser homenageado, não estava a mentir, ele foi convidado tão só como amigo desta terra, e o povo demonstrou essa amizade pelo mesmo vindo à rua. Convidei o Sr. Eng. José Sócrates em nome do Município, porque achei que era o momento indicado para o convidar. Foi recebido como recebemos qualquer visitante e amigo do Concelho. Demos um abraço amigo a uma pessoa que há muito não víamos. Não lhe pedimos nada e ele não nos pediu nada, a não ser a amizade, independentemente do seu possível futuro político, demos-lhe a chave apenas simbolicamente, bem como um castelo, para ele colocar numa estante em casa para ele se lembrar da amizade e consideração de um povo.

4.2.- Apresentação, discussão e Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas 2013 do Município e Grupo Municipal.

O Presidente da Câmara afirma que a sua responsabilidade é a partir de 20 de outubro pelo que vai fazer um resumo, quanto a questões técnicas vai deixar para o Dr. Pedro Patrício, nosso Técnico Oficial de Contas.

Em relação à execução orçamental a mesma aumentou quatrocentos mil euros de receitas correntes suportadas pelo aumento das receitas do IMI, pela arrecadação da participação do IRS e pela alteração da fórmula de cálculo do FEF que passou a ser 85% corrente e em 2012 correspondia a 60%.

Relativamente à receita de capital verifica-se uma redução significativa superior a um milhão de euros por força da redução de capital do FEF e da quase inexistente arrecadação de verbas vinda de quadros comunitários. As despesas correntes diminuíram em trezentos mil euros por força da não liquidação das faturas da água e saneamento às Águas do Zêzere e Côa. Quanto às despesas de capital verifica-se um aumento superior a 1,25 milhões de euros associados a investimentos em equipamentos de carácter social e rede viária na sua quase totalidade da responsabilidade do anterior executivo. Quanto à situação económica e financeira, o aumento dos custos com mercadorias e fornecimento e serviços externos, resultante do registo integral da faturação das AZC, em 2012, apenas foi reconhecido o valor do acordo de Celorico da Beira/Fornos de Algodres, que era de 0,50 € na água e 0,55€ no saneamento, aumento dos custos associados, leva a 435 mil euros, o aumento dos custos e perdas financeiras associados aos juros de mora das AZC, relativos a cortes e dívidas reclamadas, há um aumento de 85 mil euros, o aumento dos custos extraordinários, associados aos registos dos valores reclamados pelas AZC, relativos a anos anteriores, dívidas e juros de mora, há um aumento de custos associados de 450 mil euros. Relativamente aos proveitos, apesar de algumas variações na rubrica em comparação com 2012, o total global foi idêntico. Regista-se um aumento da dívida com empréstimos no valor de 275 mil euros, aumento da dívida a fornecedores, associado ao aumento da dívida reclamada pelas AZC, no valor de 935 mil euros.

Solicitou a palavra a representante da CDU, Dulce Pinheiro, que começa com a informação que sem querer entrar em discussão o tempo de análise dos documentos foi muito escassa, pelo que a mesma não foi feita tão rigorosamente como pretendia esta bancada, ou melhor, grupo de trabalho, percebem as dificuldades que o justificam e esperam futuramente não voltar a acontecer e que sejam tido em conta as dificuldades de quem necessita analisar os documentos para sobre eles emitir opiniões e poder decidir visto não estarem a tempo inteiro para a política.

Depois existe uma questão que se levanta na parte do endividamento relativa às Águas do Zêzere e Côa, verificamos que existem dois tipos de dívida, uma que é assumida em janeiro e é paga nos 300 mil euros que o Sr Presidente já referiu, a 31 de dezembro e uma outra de pouco

mais de 1382 mil euros que não é dívida assumida a 1 de janeiro mas é registada como dívida a 31 de dezembro, pelo que antes da intervenção gostaria de perceber a que se refere este valor.

O Sr. Presidente da Câmara explica que as Câmaras Municipais integradas nas Aguas do Zêzere e Côa resolveram por unanimidade devolver a faturação enviada durante 2013, espera que o espírito de solidariedade esteja a ser cumprido, quanto se fala no acordo de Celorico da Beira/Fornos de Algodres, acordo que neste momento as AZC não quer assumir e que existe um contencioso, há neste momento um diálogo que está a ser patrocinado e “coordenado” pelo ministério do ambiente com o objetivo de chegar a um acordo e se consegue resolver o problema pois as contas dos municípios não estão fáceis. O processo de negociações está a ser desenvolvido e esperamos que venha a trazer um espírito de paz e entendimento para cada uma das partes a cumprir o seu lado.

Dr Pedro Patrício, tomou a palavra para esclarecer que o valor de 1 317 mil, no início de 2013, correspondia à dívida em 31 de dezembro de 2012, houve alguns pagamentos na rubrica nomeadamente com base num acordo de pagamento que foi celebrado há alguns anos com a empresa. O montante de 1 082 mil euros que surge no final do ano como dívida, e como o Sr. Presidente mencionou, corresponde à totalidade da dívida do ano de 2013 e aos valores remanescentes do ano 2012 que não foram liquidados, ou seja valor acima dos 0,50 € na água e 0,55€ no saneamento com a correção dos caudais do saneamento.

Eduardo Gomes, PS, apresenta uma referência breve. Relativamente à apresentação está cuidada, com mais informação do que no ano transato. No que diz respeito à execução apresenta uma execução de 70 e tal % que relativamente a outros municípios é muito boa. Relativamente à execução do plano é de 66%, melhorou relativamente a 2012, que era de 47%. Trata-se de um documento técnico pelo que muitas coisas se poderiam referir, destaca apenas estes dois aspetos relativos à execução orçamental.

Lara Joana, Bancada do Movimento pelas Pessoas do Concelho de Belmonte, apresenta 3 questões:

Da análise dos documentos e das demonstrações financeiras que os mesmos espelham não se consegue vislumbrar os valores que o Sr. Presidente apresentou em anterior Assembleia Municipal, relativamente à dívida real do Município, o montante aproximado de 7 milhões de euros, valor que não tem concordância com os valores que nos foram apresentados.

A segunda questão ainda se prende com as contas e demonstrações que se pretendem aprovar, no entanto agora no que diz respeito ao Grupo Municipal, nas quais se espelha as contas da Empresa Municipal, tendo por base informações prestadas por V. Ex.^a em anteriores Assembleias, na qual nos informou que os resultados financeiros previsíveis apontavam para um passivo financeiro recorrente, razão pela qual se justificava a assinatura do contrato programa entre o Município e a EMPDS, Belmonte EM. Ora recorre das demonstrações financeiras, bem como da certificação legal das contas efetuadas pelo Fiscal Único que a Empresa Municipal, não só é sustentável, como ainda reforçou essa sustentabilidade durante o ano económico de 2013. Pelo que agradecemos a V. Ex.^a a explicação da discrepância de avaliações.

A terceira questão com o que a deputada do CDU já referiu, e gostaria também que tivessem em consideração do “tredo” financeiro no valor de 47 774,07 euros entre o resumo orçamental da despesa e receita para o mesmo período, pelo que solicito informação sobre qual a forma que pretende solver os compromissos já assumidos por este executivo municipal e quais as expectativas previstas, para o ano económico de 2014, atendendo o facto que apenas decorreram quatro meses de execução orçamental.

O Presidente da Câmara informa que são questões técnicas pelo que vai ser o Dr. Pedro Patrício a responder.

Em resposta às questões apresentadas cumpre dizer ao Dr. Pedro Patrício que relativamente ao passivo da autarquia os valores constantes no balanço, são sensivelmente 5 milhões de euros e a divergência dos valores apresentados, há aproximadamente dois meses, justificam-se com os passivos que eram considerados como contingentes, e são contingentes

ainda hoje, registados nas restantes contas e não estão refletidos no balanço. Se tivermos em conta os valores dos compromissos por pagar no final do ano 1 270 mil euros verifica-se que estamos acima dos 6 milhões. Relativamente à diferença registada entre o valor no final do ano e o que ocorria no final do anterior mandato a gestão dos últimos dois meses de 2013, levou a uma redução, ainda que ligeira, do passivo da autarquia, em cerca de 300 ou 400 mil euros de diferença, sendo que a Câmara não efetuou intervenções de fundo, não fez investimentos de grande valor, razão essa do valor ter vindo a reduzir. O passivo referido na altura, cerca de 6,5 milhões, ligeiramente superior, ele mantém-se, na sua essencial, são 5 milhões refletidos no balanço, mais 1.2 milhões de compromissos assumidos e não pagos e alguns não realizados também.

Relativamente à segunda questão que se prende com a Empresa Municipal, não sei se se está a referir às contas consolidadas ou às contas da Empresa, pois na consolidada não se consegue extrair os dados mencionados.

O Sr Presidente da Câmara afirma que as contas da Empresa possuem um défice pequeno e espera-se que desapareça, mas neste momento está em cerca de 50 mil euros, dos quais 26 mil e tal se prendem com obras literárias que a Câmara entregou obrigatoriamente à empresa, e que esta vendesse ou não, tinha de pagar.

Dulce Pinheiro, CDU apresenta a sua apreciação, que se encontra arquivada em pasta anexa.

Referiu um Ponto prévio – Ao contrário do que se afirma na página 1 na Prestação de Contas 2013 “(...) no presente Relatório terá de ser levado em linha de conta a alteração dos cargos políticos, resultantes das eleições autárquicas (...)”, não há alteração de cargos políticos! É o PS que continua a ser a força municipal maioritária e até se manteve uma boa parte dos mesmos eleitos... a única alteração é a responsabilidade política ser exercida um ou outro protagonista diferente. Para além disso ainda está por demonstrar se haverá ou não alteração da estratégia.

Da apreciação ao conteúdo – O período em que decorreu a atividade refletida neste documento faz parte de um tempo em que o país, as autarquias e o Povo Português sofrem, pelas mãos do governo, o mais brutal ataque após o 25 de ABRIL de 74, tal como já foi afirmado na Declaração de Voto da CDU sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento (GOPO) para 2013. Destruição de milhares postos de trabalho, milhares de cidadãos no desemprego, milhares em debandada para o estrangeiro, desmantelamento de Funções Sociais do Estado e de serviços públicos que os efetivavam, aprofundamento da ofensiva em curso contra o Poder Local democrático, liquidação da economia, empobrecimento das famílias e comprometimento do futuro do país. Vem agora o Relatório demonstrar que a CDU tinha razão quando afirmava que não transparecia nas GOPO 2013 o necessário rumo para a urgente mudança. Reconhece-se a validade de algumas opções, no entanto, confirmou-se o traço marcante: não saber envolver as forças económicas, sociais, políticas, culturais na definição e construção dos projetos para o concelho. Aguarda a CDU que este Executivo Municipal seja capaz de apostar numa liderança para congregar vontades e não agir e governar de costas voltadas para a população.

Sobre as receitas, o Município recebeu menos cerca de 200 mil euros em transferências do Estado. Em contrapartida verifica-se que a arrecadação de impostos pagos pelos munícipes, relativamente ao ano de 2012, aumenta cerca de 100 mil euros. O esforço feito pelas famílias num ano de forte retração da economia e de aprofundamento das dificuldades foi significativamente maior. Provavelmente a razão será a alteração das regras do IMI, da responsabilidade do governo.

Recentemente ouvimos declarações do Sr. Presidente da câmara de introdução de taxas de saneamento e aumento da fatura da água. A CDU recomenda que esta questão seja gerida com cautela, prudência, justiça e equidade social. Fazer o consumidor pagar o custo real do preço destes serviços é incomportável e, obviamente, dentro de limites razoáveis, a autarquia tem de continuar a subsidiá-los.

As despesas merecem especial preocupação e uma vez mais as dívidas à “Águas Zêzere e Côa”. A CDU exige que este problema não seja refletido na fatura final do consumidor. A CDU opor-se-á e procurará envolver as populações contra qualquer tentativa de venda do sistema de água e saneamento em baixa.

A Empresa Municipal – Mais uma vez a CDU reafirma a necessidade de se repensar a existência desta empresa municipal.

Na página 3 da Prestação de Contas Consolidadas Grupo Municipal pode ler-se “Continua-se a verificar que a Belmonte E. M., em termos financeiros é cada vez menos dependente do Município (...)”. Os números poderão espelhar essa afirmação, todavia, convém não esquecer que é ainda o Município que assegura uma boa parte das receitas.

Por outro lado continua a não ser presente a esta Assembleia, o Plano e Orçamento da Empresa Municipal o que dificulta a necessária fiscalização e impossibilita a análise do Relatório e Contas que nos é dado a apreciar. Assim, recomenda-se à Câmara que anualmente este documento seja entregue aos membros desta Assembleia.

Pelo exposto a CDU vai abster-se na votação dos documentos apresentados.

Anabela Pinto, Movimento das pessoas pelo Concelho de Belmonte, passa a apresentar a declaração de voto da sua bancada, arquivada em pasta anexa na qual podemos reter que considerando que os documentos de prestação de contas refletem a atividade financeira do grupo municipal para o ano económico de 2013, faturado pelo ato autárquico de 29 de setembro de 2013, que da análise dos documentos não é suscetível o apuramento isolado das demonstrações financeiras imputadas ao anterior e atual executivo, a responsabilidade política da prestação de contas espelha a atividade financeira do anterior executivo, face aos meses da sua permanência. A responsabilidade política do anterior executivo socialista traduz-se numa política de continuidade do atual executivo, cuja avaliação será efetuada na conta de gerência de 2014, com base numa avaliação responsável ao relatório de gestão e prestação de contas pode se aferir uma gestão responsável, as taxas de execução orçamental configuram níveis de execução orçamental consistentes, mas não concordantes com as opções políticas e financeiras anunciadas. Tendo em conta que este movimento só foi eleito em setembro de 2013 não tem responsabilidades anteriores. E não participou nas deliberações que deram origem à opções do plano e orçamento de 2013. O movimento assumirá as suas responsabilidades na avaliação a efetuar aquando a prestação de contas de 2014. Pelo exposto e sempre de forma responsável a bancada, não poderia deixar de ter que não fosse o voto de abstenção.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 6 abstenções (Elementos do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte e CDU) e 13 a favor, pelo que os Documentos de Prestação de Contas 2013 do Município e Grupo Municipal foram aprovados por maioria.

4.3.- Regimento da Assembleia Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal informa que este regimento foi elaborado na Comissão Permanente com a recolha e compilação dos contributos apresentados por cada uma das bancadas, dando origem ao documento final apresentado para aprovação nesta Assembleia.

Dulce pinheiro da CDU, apenas quer expressar a sua opinião sobre o excelente trabalho e empenho de todos em melhorar o regimento anterior, pelo que manifesta o voto favorável, apesar de continuar a ser da opinião que no que diz respeito à Comissão Permanente esta deveria reunir, obrigatoriamente, antes de cada sessão da Assembleia à exceção das solenes como é óbvio.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que o novo Regimento da Assembleia Municipal foi aprovado por unanimidade.

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes

O Presidente da Assembleia informou que até ao momento ainda não se tinha registado nenhum pedido de intervenção de qualquer Múncipe.

A representante da CDU, Dulce Pinheiro propôs ao Presidente da Assembleia que os assuntos tratados na presente sessão, para maior celeridade, fossem aprovados em minuta.

O Presidente da Assembleia concordou em apresentar a presente proposta, a qual submeteu à respetiva aprovação. Nenhum dos membros se opôs. Pelo que os assuntos presentes são aprovados por minuta, nomeadamente as moções apresentadas no período antes da ordem do dia, " Apelo Em Defesa da Escola Pública".

Nada mais havendo a tratar nesta reunião e sendo 23 horas e 15 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, ficando o primeiro Secretário encarregado de elaborar a presente acta, para aprovação na reunião seguinte.

E eu, _____, primeiro Secretário da Mesa a redigi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na reunião seguinte.

O Presidente

O 1º Secretário

2º Secretário